

**XXXVI CONGRESSO NACIONAL DO PSD**

## **Proposta Temática**

# **“40 anos de Poder Local, Uma História com Futuro”**

1º Subscritor

Álvaro Amaro

Presidente da CPN dos Autarcas Social Democratas

## Regeneração do Partido e do Poder, Condição de Sucesso e de Vitória

### 40 anos a mudar Portugal

Os Autarcas Social Democratas têm o dever político de, em coerência e sem ambiguidades, prestar um justo e público reconhecimento pelo marcante papel que as autarquias portuguesas desempenharam no processo de mudança e transformação que o País viveu desde o 25 de Abril de 1974.

Portugal é hoje um País moderno, desenvolvido, respeitado e reconhecido, E isso tem, em larga medida, a marca de quem, ao longo dos anos, teve a responsabilidade de gerir um poder local empreendedor, dinâmico e responsável.

É justo reconhecer que, nesse processo, os autarcas social democratas se destacaram pelo mérito, pelo empenho e pela noção de serviço público, em prol dos portugueses e de todos os que integram as comunidades locais deste País.

Os cidadãos atribuem o valor a quem o tem. E é por esse reconhecimento que foram outorgando aos autarcas do PSD a qualidade política de um partido com profundo enraizamento no poder.

Os autarcas em geral e os ASD em particular devem afirmar e reafirmar que o Portugal de hoje muito lhes fica a dever.

É ao poder local democrático e à sua gestão que se deve, em boa parte, o acesso aos equipamentos sociais, culturais e desportivos modernos, a renovação urbana nas aldeias, vilas e cidades de Portugal, a criação de redes de proteção social dos mais desfavorecidos, a promoção da equidade cívica, o estímulo aos investimentos e à industrialização das comunidades do interior, a identificação entre os cidadãos e os agentes políticos.

Como é também aos autarcas, e aos social democratas em particular, a atitude inconformista perante as desigualdades de tratamento das políticas públicas, a reivindicação permanente da igualdade de tratamento entre as várias regiões do País, a exigência por opções de discriminação positiva que transformem cada cidadão num igual entre os cidadãos.

Os autarcas têm 40 anos de história democrática, um lugar nobre na política portuguesa e um papel ímpar ao serviço dos portugueses.

Com alguns percalços no caminho. Com pequenas e irrelevantes exceções perante a magnitude da obra.

## **O PSD e a oposição**

O Partido Social Democrata tem servido, com mérito e reconhecimento, a democracia portuguesa e o processo de desenvolvimento do País ao longo dos tempos. Sempre se constituiu, e constitui, como uma das referências políticas estruturantes da modernidade e um pilar de confiança para os portugueses.

Gere o poder com competência, capacidade e liderança, sempre que, por vontade dos cidadãos, é chamado a relançar Portugal num rumo certo e de equilíbrio económico e social, e sempre que se torna necessário pôr termo às armadilhas populistas e irresponsáveis de uma esquerda incapaz de consolidar desenvolvimento e promover sustentabilidade.

Serve o País, na oposição, definindo com clareza as suas opções, respeitando os seus eleitores e os cidadãos em geral, sendo claro e rigoroso nas avaliações políticas que produz e nas propostas e alternativas que formula. Olha para os interesses do País acima dos seus próprios interesses eleitorais, com a consciência de que os ganhos políticos serão alcançados, mais tarde ou mais cedo, com a verticalidade e a frontalidade com que se fala com os portugueses.

A atitude política do PSD é, por isso, séria e sem surpresas.

O PSD sabe que venceu as eleições legislativas, que nenhum outro partido ou força coligada teve mais votos do que a que liderou.

Mas o PSD também sabe – e disso extrai as consequências políticas adequadas – que há uma alteração profunda do contexto político do País e que esse contexto, aproveitado por lideranças novas na esquerda democrática, produz soluções políticas espúrias, violentadas nos seus próprios princípios, e com um único objetivo – o poder a qualquer custo.

O parlamentarismo republicano aproximou-se, nos métodos e na cultura dominantes, de um certo golpismo palaciano, armado por negociatas ideológicas e programáticas que suportem um único projeto identificado nas múltiplas esquerdas – afastar o PSD e a maioria que liderou do exercício do poder, escancaradamente sufragados pelo voto dos cidadãos, sem subterfúgios e sem manobras de bastidores.

Que fazer, perante isto?

O PSD é oposição no Parlamento e no poder executivo. Assume, também, que é alternativa de esperança para os portugueses e que, em nome e em respeito da sua

vontade, não se retira do combate político nas mais variadas instâncias – institucionais, sociais, cívicas e mediáticas.

Fazer oposição é marcar a diferença nos programas, nos princípios, na atitude. É demonstrar, através de propostas alternativas, o seu mérito e a fragilidade dos outros. É agir em coerência e com humildade de propósitos.

Fazer oposição é racionalizar o discurso, mas é também conquistar os afetos dos cidadãos, respeitar as suas expectativas e considerá-los cúmplices de um projeto de mudança.

Fazer oposição é querer o melhor para Portugal e demonstrá-lo sem receios de popularidade, ao contrário da atual maioria. Ela tudo fará, até sacrificar-se no altar da incoerência e da ignomínia, para se manter em pé e prosseguir na tensão permanente de um percurso que pode levar Portugal à marginalidade da Europa.

Não.

O PSD tem de preparar o futuro, o seu e o do País. E o futuro mais próximo, na política, é, como veremos, o desafio das eleições autárquicas.

Porque o poder e a oposição são transitórios e inapropriáveis.

Porque as alterações profundas e radicais no entendimento institucional da política, em Portugal, vão manter-se, no tempo e no modo, com a armadilha política montada e suportada doutrinariamente por algumas elites que por vezes parecem herdeiros intelectuais de uma cultura censitária do passado.

O PSD tem de voltar a encontrar nos resultados eleitorais das autarquias locais a força para se tornar de novo o partido liderante.

### **Regeneração política**

O PSD sempre foi um partido combativo, reconhecido e vencedor, sempre que soube fundar a sua ação política em princípios, valores e orientações programáticas que o aproximaram do cidadão e das suas várias dimensões sociais.

A regeneração partidária, programática e doutrinária deve fazer-se, em primeira linha, pela contínua reafirmação da natureza interclassista do PSD, da sua dimensão humanista e de profundo pendor social, que identifica nas classes médias e nos pequenos e médios empreendedores as forças dinâmicas da sociedade, que olha o País como uma síntese equilibrada das vivências urbanas e do mundo rural e periurbano.

Deve pensar que as instituições são determinantes na estruturação da vida coletiva, mas deve olhar para cada um dos cidadãos como um membro da sociedade, a proteger e a estimular para a participação no bem comum. E olhar, com especial atenção, para os que a vida desprotegeu, que as dinâmicas marginalizaram, que ficaram para trás no caminho. É preciso trazê-los para a frente e integrá-los na sociedade ativa. É assim o PSD. Tece as políticas no sentido de potenciar a realização individual no seio da sociedade equilibrada e de oportunidades, ao contrário das esquerdas coligadas que tecem as políticas como se houvesse permanentemente um concurso de popularidade. A regeneração deve ter também, para o PSD, uma dimensão de organização e de militância. Cada militante ou simpatizante deve sentir-se parte integrante do projeto político coletivo, deve ter voz e ser ouvido, deve ser incluído e nunca excluído, deve ser e não parecer ser.

O PSD é o partido que melhor representa a multiplicidade geracional complexa que um partido integra e transporta-la para os seus vários níveis de decisão a partir da ideia conjugada de mérito e de esforço. A cultura democrática deve prevalecer no interior dos partidos, e no PSD em concreto, fomentando a postura de intransigência a clientelismos e grupos de interesses e promovendo o empenho pessoal e a generosidade da partilha. Regenerar para ganhar deve ser como um regresso às “brigadas da cola e dos cartazes”. Do dar sem esperar receber. Do regresso ao passado para marcar o futuro.

Regenerar o Partido, neste tempo de oposição, significa também preparar a regeneração do próprio poder.

Esse movimento regenerador deve ter, como pressuposto essencial, de que o momento próprio para o novo impulso deve, e tem de ser, o das eleições autárquicas do próximo ano que permitirá relançar a sua força política e uma dinâmica de maior reconciliação com os portugueses.

O PSD deve assumir, como sua matriz essencial, a força da sua história de defesa do municipalismo como fundamento da organização político-administrativa e territorial do País, incorporando os equilíbrios inter-regionais de desenvolvimento e a promoção de políticas de coesão social. O combate aos desequilíbrios regionais através da promoção de políticas públicas proactivas e de estímulos às iniciativas privadas sempre foram, na profunda raiz da orientação social-democrata, fatores estratégicos que promoveram o bem-estar e a igualdade de oportunidades entre as várias realidades do País.

A defesa do municipalismo não exclui, antes potencia, a estruturação de níveis de organização administrativa que, integrada e sinergicamente, coordene processos, valorize investimentos, complemente ofertas de serviços e equipamentos, racionalize projetos e combata os desperdícios.

A coesão nacional só se alcança se, e quando, formos capazes de consolidar os equilíbrios entre as várias regiões e, numa lógica ordenada, que cada uma contribua para o País com as suas qualificações, recursos e potencialidades, eliminando estados de concorrência irracional que só consomem recursos e energias e nada acrescentam ao valor nacional.

Portugal não suporta, por muito mais tempo, o processo centralizador do poder. Tem de encarar o desenvolvimento como um objetivo só alcançável com o combate à desertificação do interior, com uma estratégia de ordenamento territorial equilibrado, com políticas e medidas orientadas para a inclusão regional e não para a desigualdade. Nada nem ninguém conseguirá um País solidário, mobilizado para os grandes valores nacionais, disposto à participação cívica e democrática, orgulhoso na sua identidade e afirmativo nos vários contextos externos, se não der prioridade à coesão nacional.

Quer se trate da coesão institucional, social, identitária ou territorial.

O PSD deve vincar, perante os portugueses, uma ideia nuclear – a de que não há poder central exercido com justiça, equidade e racionalidade se não tiver em conta a verdadeira potencialidade do poder local e não criar condições para o seu fortalecimento.

Um poder central sem um poder local forte, competente e prestigiado, será como um palácio de conto de fadas. Pode seduzir e brilhar, mas facilmente se desmorona por falta de alicerces.

Significa isto que o PSD deve, a par da oposição institucional, condição em que está investido, dar especial atenção às próximas eleições autárquicas como patamar regenerador do poder político em Portugal.

Como fazer?

Enquanto oposição, oferecendo ao País orientações e projetos que promovam a alteração das relações entre o Estado central e as autarquias, rompendo com a permanente e sistemática desvantagem política nessa relação.

É determinante reforçar os poderes, funções, competências e recursos do poder local, numa lógica de complementaridade vantajosa na gestão dos recursos e na concretização das políticas, dando corpo à ideia comum de que o próximo é globalmente mais eficiente que o distante.

Fazer justiça ao poder local não persistindo em campanhas injustas de juízos de condenação da gestão municipal e ao esforço de lhe apontar responsabilidades que deverão ser endereçadas a outras instâncias do sistema de poder.

Do poder local, o poder central só tem recebido solidariedade e esforço para os grandes desígnios nacionais.

O PSD deve, por outro lado, valorizar internamente a dimensão do poder local e a importância estratégica que representam candidaturas ganhadoras e de mérito. Desde logo, em três dimensões em que as escolhas políticas são determinantes para o crescimento eleitoral e para o sucesso:

a) Rigor e critério na seleção do pessoal político e nos candidatos aos vários níveis autárquicos, quer nas suas qualidades de gestão e de desempenho técnico e político, quer nas suas referências éticas e morais que os tornem agentes exemplares da política e do partido.

Envolvimento e partilha das estruturas que melhor conhecem e referenciam potenciais candidatos nessa seleção e promoção, tendo sempre em conta que os melhores e mais qualificados devem merecer a prioridade dos decisores.

Uma candidatura a uma função política não pode ser, nunca, um símbolo para exposição de vaidade. Porque uma candidatura é para ser assumida como esforço para vencer e não para um mero estatuto.

b) O PSD deverá ser, sempre (e em particular nestes tempos de oposição e de desafios autárquicos) uma instância de inclusão e agregação de militâncias e candidaturas e não de exclusão infundada, seja de quem for e seja a que título for.

É no combate político autárquico que devem estar os mais nobres e combativos militantes e simpatizantes do Partido porque é aí que o poder se conquista com mérito próprio e muitas vezes pessoal, pelo reconhecimento e proximidade que um autarca ou candidato a autarca estabelece com os seus concidadãos.

Os autarcas não são nomeados. São eleitos, ganham ou perdem os seus confrontos políticos democráticos utilizando, como armas o seu saber, a sua respeitabilidade e o seu esforço.

c) Uma estratégia eleitoral autárquica de vitória deve saber conciliar as especificidades locais e os valores globais, o que pressupõe um conhecimento profundo das comunidades a que cada candidato se apresenta.

Ninguém pode ser campeão de armas em arenas que desconhece.

Os cidadãos têm de se sentir ligados aos candidatos, têm de perceber que em cada um está um aliado, alguém que quer partilhar desafios e não apenas ser desafiante. O maior prejuízo político para um partido político é impor candidaturas com o único objetivo de acomodar fidelidades políticas ou de flagelar a liberdade de quem pensa autónoma e livremente.

A intervenção dos ASD é, nessa dimensão, de uma importância decisiva na determinação dos perfis adequados, das candidaturas potenciais, do lançamento da preparação/formação dos candidatos e da coordenação das estratégias.

### **O PSD, as eleições autárquicas e os desafios.**

O PSD tem de se preparar, desde já, para o combate político das eleições autárquicas, ponto de partida também regenerador de uma reforma administrativa do Estado, do seus poderes e competências perante os novos desafios que se colocam ao poder local.

Há ideias consolidadas pelo percurso histórico do poder local – a maior eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão pública, a maior adequação dos programas e planos às necessidades reais e concretas dos cidadãos que servem, uma instância de maior densidade e exercício democrático e de escrutínio da ação política.

Nisso, e em mais algumas questões, se distingue o poder local do poder central.

Mas há ainda desafios que se colocam.

Desde logo, o reforço dos poderes próprios, ou delegados, das autarquias locais e a lógica de complementaridade com a administração central. Uma orientação estratégica que deve ser acompanhada de uma reforma equilibrada da administração pública que, potenciando o poder local, proceda à maior descentralização das decisões e à maior desconcentração dos serviços.



Outro desafio marcante é de natureza organizacional. A evolução e a o balanço das Comunidades Intermunicipais é positivo e demonstrou serem possíveis escalas superiores de gestão de projetos e recursos e uma boa articulação e comunicabilidade de ação do Estado e das autarquias.

Essa avaliação poderá determinar a adoção de modelos de organização administrativa de nova dimensão e com competências bem definidas – o caso das regiões administrativas – reforçando a coordenação e equilíbrio dos processos e meios de desenvolvimento regional do País. Impõe-se uma verdadeira avaliação. As políticas desgarradas, como a recentemente sugerida eleição direta das áreas metropolitanas lançada pela coligação das esquerdas, não é o caminho das políticas que têm que ser pensadas e lançadas com seriedade.

A questão central do poder local é, no entanto, a da delimitação das funções, poderes e competências. Exige-se que as autarquias locais sejam dotadas de novas funções em domínios em que manifestamente são mais eficientes que o poder central, nos mais variados domínios. Estão nessa linha de funções as eminentemente sociais, culturais, de gestão patrimonial, de prestação de serviços básicos, de infraestruturização de bens públicos, entre muitos outros que reforcem a relação de proximidade com os cidadãos. Uma das consequências lógicas da delimitação de funções, dos poderes e das competências em domínios daquela natureza é a necessidade de redefinir o regime financeiro das autarquias, em particular o acesso às fontes de financiamento e o quadro de responsabilidade da gestão financeira.

As autarquias portuguesas participaram, de forma ativa e solidária, no esforço de contenção de despesas e de equilíbrio das contas públicas para cujo desajustamento não foram dos principais responsáveis.

Não parece desajustada a necessidade de, nos tempos novos e face ao compromisso de desenvolvimento para o quinquénio em curso, se reveja o sistema de financiamento das autarquias, recuperando a sua capacidade de intervenção aos recursos disponíveis e às transferências financeiras da administração central.

As prioridades políticas das autarquias devem dirigir-se, mais acentuadamente, para a coesão social, para a defesa do ambiente e para a qualidade de vida dos cidadãos. São as pessoas mais frágeis que devem constituir o foco da ação social do Estado mas também dos poderes locais.

A fase complexa de ajustamento da economia portuguesa e do controlo dos seus principais indicadores trouxe consequências negativas, necessárias e nunca escamoteadas, em alguns sectores da população portuguesa com maiores debilidades de qualificação.

A próxima geração de políticas autárquicas deve ser, por isso, de resposta a essas consequências. Devem assumir uma dimensão menos estruturalista e mais social, investindo os recursos prioritariamente nos cidadãos e nas suas debilidades e reforçar a promoção e defesa do desenvolvimento económico e social.

A independência e a autonomia fazem a liberdade dos homens. E é o que cumpre a nossa dimensão social-democrata.

Os Autarcas Social Democratas defendem ainda três desafios:

Empenho na revisão da lei eleitoral autárquica e, nomeadamente, pela alteração do sistema de governo das autarquias. Uma tarefa difícil nos tempos de hoje em que os governos de parlamento se têm sobreposto aos governos de maioria, com o entusiasmo e a euforia dos movimentos mais radicais.

Avanço do processo de regionalização administrativa do País, promovendo maior aproximação entre os poderes e os cidadãos e uma mais adequada promoção das políticas sociais.

Reconhecimento, respeito e lealdade entre níveis de poder para promover a confiança. O sinal dado pela maioria governamental das esquerdas no orçamento do Estado de 2016 não augura o cumprimento da necessária lealdade. Depois de um período de elevado esforço das autarquias para a recuperação financeira do País, o primeiro orçamento do Estado aprovado pelas esquerdas encarrega-se de violar a Lei das Finanças Locais e de interromper o ciclo de recuperação das transferências financeiras iniciado com o orçamento do estado de 2015. Demonstrar a confiança é reconhecer a autonomia que permita impulsionar uma nova fase de crescimento e de qualidade de vida dos cidadãos e um novo compromisso entre o Estado e as autarquias no domínio dos recursos financeiros.

### **A coragem da mudança**

O poder, para o PSD, é uma oportunidade de mudança, ajustando e melhorando os mecanismos do seu exercício, modernizando os instrumentos e redefinindo objetivos.

Regenerar é romper rotinas e impulsionar essas mudanças.

As próximas eleições autárquicas – objetivo e oportunidade – são o desafio essencial do PSD no atual contexto político, exigindo empenhamento de todos e um amplo sinal de mobilização.

Este Congresso do PSD deve assumir, em pleno, isso mesmo. De que a oportunidade para inverter o rumo e reganhar força e dinâmica está em garantir que o PSD reganhe o seu domínio autárquico, recupere a sua matriz de referência do poder local e, a partir daí, reconquiste o poder.

Não vemos outro caminho. A não ser na estratosférica ilusão de quem não conhece o país real ou, no mínimo, não se conhece a si próprio.

Todos os dirigentes e militantes do PSD são, agora, soldados do poder local. Para que o combate político saia vitorioso.

Os Autarcas Social Democratas homenageiam uma história escrita com conteúdo que deve ser reconhecida porque assim nos estimulará a ganhar o futuro.

**40 anos de Poder Local, Uma História com Futuro**